

A história da literatura brasileira e a consolidação de critérios sociais nas avaliações críticas dos romances de introspecção dos anos de 1930

letrônica

Guilherme Zubaran de Azevedo¹

O presente trabalho busca percorrer o caminho da institucionalização de recortes extraliterários – nação, natureza, política e sociedade – que conferem um sentido para a história da literatura brasileira, a fim de verificar a maneira pela qual tais sentidos operam nas avaliações críticas sobre os romances de introspecção dos anos de 1930.

Para tanto, analisam-se os projetos de história literária como frutos da formação dos estados nacionais europeus e brasileiro; nesse contexto, historiadores europeus, Ferdinand Denis e Almeida Garret, e uma série de intelectuais brasileiros prescreveram critérios literários ancorados em signos externos a literatura – natureza, nação e política - e em consonância com os desígnios da nação. Assim, tais recortes se institucionalizam na obra, *Brasil literário*, de Ferdinand Wolf, fundando, com isso, uma história da literatura brasileira sob tais critérios. O final desse percurso reside na análise das avaliações críticas, feitas por Alfredo Bosi, no seu livro *História concisa da literatura brasileira*, sobre os romances de introspecção da década de 1930.

A literatura se relaciona com a história, entre outros motivos, pelo fato de possuir um caráter temporal, visto que as obras apresentam, no eixo diacrônico, uma dinâmica que estabelece mudanças e diferenças entre os textos. No entanto, esse entrelaçamento acaba enfatizando o predomínio do caráter histórico, de modo que a reflexão sobre os significados das obras se orienta a partir dos seus respectivos contextos históricos. Antoine Compagnon (2001, p. 197) sintetiza essa dualidade da seguinte maneira: “a história designa ao mesmo

¹ Mestrando do curso de Teoria da literatura da PUCRS. Participa do projeto sobre o romance de introspecção no Brasil.

tempo a *dinâmica* da literatura e o contexto da literatura. Essa ambigüidade se refere às relações da literatura com a história (história da literatura, literatura e história)”.

Nesse sentido, a história da literatura se apresenta como uma faceta dessa ambigüidade, na medida em que organiza a literatura em torno de um conjunto de obras agrupadas, ao longo do tempo, e cuja sustentação e sentido baseiam-se em critérios intra ou extraliterários. Desse modo, essas instâncias identificam determinados grupos de obras em torno de recortes políticos e sociais – como literatura colonial – e estéticos – como romance realista ou poesia simbolista –, naturalizando-os e fundando, portanto, sob os seus signos, uma história da literatura. A autora Marisa Lajolo (1995, p. 22) explica esse aspecto quando coloca que “esse sentido atribuído, que se organiza devido referências intra ou extraliterárias, pode, a partir de certo ponto, desprender-se da categoria que originalmente o legitimava e fundar a categoria história da literatura, a partir de então fiadora de sentidos”.

Esse processo de atribuição de sentidos se constitui em práticas discursivas a partir das quais se constroi o campo literário, composto, portanto, de exclusões e inclusões. Com isso, forma-se o cânone literário, dentro do qual se consagra determinadas obras, que estão em acordo com os recortes institucionalizados. Logo, a história da literatura se funda a partir desse duplo aspecto: ela é, ao mesmo tempo, uma instância discursiva e uma instituição capaz de definir “os protocolos vigentes entre vida cultural (particularmente vida literária) e sentido de nacionalidade, projeto de que já faziam parte os organizadores das primeiras histórias das literaturas ocidentais” (LAJOLO, 1995, p. 23).

Desse modo, a história da literatura nasce no seio da formação dos estados nacionais europeus, sendo marcada, com isso, por traços fortemente nacionais. Nesse contexto, é fundamental compreender alguns aspectos do Romantismo, a fim de situar as relações estabelecidas entre as histórias da literatura, escritas por europeus, e os seus respectivos contextos nacionais e, também, as realidades que se apresentavam nos países da América latina.

O Romantismo surge, na Europa, no final do século XVIII e se estende até a primeira metade do século XIX; formado em meio aos processos revolucionários desencadeados, principalmente, pela revolução francesa e pela revolução industrial e por suas consequências políticas e sociais, o Romantismo se constitui não apenas como um movimento artístico, configurado por uma estética oposta ao gosto clássico; mas se caracteriza por ser um evento sócio-cultural, no qual se conjugam diversas matrizes filosóficas, estéticas e religiosas relacionadas com diferentes tradições nacionais.

A emergência do movimento romântico aponta para um aspecto fundamental da modernidade: a relevância da consciência histórica. Opondo-se a visão de história do classicismo, o Romantismo assinala o surgimento de uma concepção de história fundada no indivíduo, com a sua complexidade psicológica, encarnado de uma missão que representa, além de sua subjetividade, a vontade de todo o corpo social. Logo, se observa, aqui, duas facetas importantes desse movimento: o herói romântico e a ideia de nação. Guinsburg (1993, p. 15) explica a formação das particularidades culturais:

Procedendo a uma espécie de onticização fenomenológica das características e das expressões grupais, o Romantismo, na sua propensão historicizante, aglutina as sociedades em mundos, comunidades, nações, raças, que têm antes culturas do que civilizações, que secretam uma individualidade peculiar, uma identidade, não de cada indivíduo mas do grupo específico, diferenciando de quaisquer outros.

Assim, a consciência historicista romântica implica uma nova atenção ao desenvolvimento dos povos, levando em consideração a sua cultura erudita e popular, o seu espírito nacional, as suas instituições políticas entre outros aspectos; sem contar que a nação passa a ser comandada por uma trajetória histórica permeada por uma finalidade que confere um sentido a sua existência e “cuja verdade específica, (...), guiaria a grei, realizando-se nela e levando-a através de crises e tragédias personalizadas ou coletivas às realizações expressivas de seus fastos e dos seus feitos” (GUINSBURG, 1993, P. 18/19).

Outro elemento importante diz respeito a uma nova vivência com relação à natureza, fruto de uma nova direção epistemológica, na qual o sujeito humano expressa uma força irradiante do Eu. Nesse sentido, a vivência da Natureza torna-se um lugar permeado por conflitos, provocando, no indivíduo, sensibilidades divergentes que revelam uma posição ambígua com relação à Natureza que, segundo Benedito Nunes (1993, p. 64), oscilou na busca de uma proximidade e de uma união com cenas e paisagens naturais e, por outro lado, por um sentimento de afastamento e de separação consumada.

Nesse contexto romântico - em que se destacam uma nova consciência histórica, a emergência dos nacionalismos e uma nova vivência com a natureza – surge os projetos de história da literatura, marcados fortemente por um sentido de nacionalidade, em contraposição à estaticidade e universalidade do mundo clássico. Logo, a construção das histórias da literatura se baseia em critérios extraliterários, tais como natureza e nação, que refletem a construção dos estados nacionais europeus, em oposição ao mundo do absolutismo e do classicismo.

Assim, embora o nacionalismo, no Brasil, não seja o mesmo que formou as histórias da literatura dos países europeus, visto que, no Brasil, a oposição não se faz à tradição clássica, mas à cultura literária portuguesa – observa-se uma proximidade entre ambos os sentidos de nacionalidades. Desse modo, na busca de neutralizar a tradição clássica em favor das novas nacionalidades, os historiadores europeus valorizaram marcas americanas nas obras de autores brasileiros, segundo Marisa Lajolo (1995, p. 29), em função de dois objetivos:

a) da pujança de culturas em descompasso com a tradição clássica e b) do vigor da própria cultura europeia (...) que, tendo colonizado as áreas onde afloravam tais americanidades, faziam jus à parte considerável dos louros que a história (...) com tanta generosidade distribuía por longínquos rincões da América, proscovendo a retomada de temas e linguagens classicizantes e proscovendo a busca de inspiração na própria realidade americana

Dentro dessa perspectiva é que se compreende os escritos, de Ferdinand Denis e Almeida Garret, sobre a literatura brasileira. O primeiro autor escreveu, em 1826, o *Resumo da história literária do Brasil*, obra em que analisa a literatura produzida no Brasil de modo separado da literatura de Portugal; simultaneamente, o segundo autor escreveu o *Parnaso Lusitano*, seleção de poesias antigas e modernas, precedido pelo *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, em que trata dos autores árcades brasileiros.

No que se refere à obra de Ferdinand Denis, ele inicia o seu primeiro capítulo com a observação de que a América não se encontrava mais submetida às metrópoles europeias e, em seguida, ele analisa a situação do Brasil, onde, também, se estabeleceu um governo independente; porém, a literatura ainda permanece vinculada aos padrões literários de Portugal, de modo que conclui: “o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença” (DENIS, 1968, p. 30). Portanto, o autor francês identifica a necessidade de se fundar uma literatura brasileira nacional consoante com o novo momento político do Brasil.

Com isso, o primeiro capítulo se constitui em prescrições de certos critérios - tais como a natureza, grupos étnicos e costumes indígenas - que devem servir de base para a literatura brasileira tornar-se nacional. Nesse sentido, destaca-se a sua ênfase nas descrições da natureza e dos costumes dos índios: “O maravilhoso, tão necessário à poesia, encontrar-se-á nos antigos costumes desses povos, como na força incompreensível de uma natureza constantemente mutável em seus fenômenos” (DENIS, 1968, p. 31). Portanto, fundada em torno desses traços, a literatura brasileira se investe, segundo o autor francês, de caráter original e nacional.

Na sequência do livro, Denis investiga o passado literário brasileiro, estabelecendo uma antologia dos primeiros escritores e enfocando suas análises nas obras dos autores árcades. Nesse momento, tal como ele havia prescrito no primeiro capítulo, suas avaliações se baseiam, sobretudo, no caráter nacional, nas descrições da natureza e dos povos indígenas, dando uma importância secundária para os elementos estilísticos e literários e valorizando, assim, as obras *O caramuru*, de Santa Rita Durão, e *O Uruguai*, de Basílio da Gama.

O segundo autor europeu, Almeida Garret, no seu *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, ensaio que compreende o período do século XIII até o século XVIII, analisa a poesia e o teatro português sob o signo da língua; conseqüentemente, ele junta os autores brasileiros e portugueses sob o mesmo critério linguístico, não separando em duas literaturas distintas; suas avaliações, entretanto, enfatizam as representações dos elementos nacionais - tais como costumes, descrições de quadros da natureza e temas.

As suas análises, sobre os escritores brasileiros, direcionam o seu enfoque para os elementos próprios do Brasil. Nesse sentido, ele observa que as poesias de Cláudio Manoel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, embora com boas construções estilísticas, possuem imagens muito próximas da Europa; por outro lado, Almeida Garret faz boas avaliações de *O caramuru*, de Santa Rita Durão, em virtude das descrições de variados quadros, e *O Uruguai*, de Basílio da Gama, considerado a melhor obra, pois conjuga descrições de quadros e bom estilo: “Cenas naturais mui bem pintadas, de grande e bela execução descritiva; frase pura e sem afetação, versos naturais sem ser prosaicos” (GARRET, 1998, p.58).

Dessa maneira, Ferdinand Denis e Almeida Garret estabelecem um recorte extraliterário – baseado em elementos como natureza, índio, nação e grupos étnicos – que confere um sentido para a própria ideia de literatura brasileira. Essas propostas serão incorporadas por uma série de intelectuais brasileiros que, após a independência política do país, irão pensar formas de legitimação cultural do fato político, suscitando debates sobre o papel da literatura na construção da nacionalidade. As teses, oriundas dessas discussões e presentes em revistas literárias, se constituem em estudos sobre a formação das condições históricas da instituição literatura brasileira. Portanto, essas teses já são o ponto de partida do processo de naturalização desses recortes extraliterários na história da literatura brasileira, materializado no livro *História literária* de Ferdinand Wolf.

O momento fundamental desses debates ocorrerá, em Paris, no lançamento da revista *Niterói*, em 1836, em torno de um conjunto de jovens brasileiros, liderados por Gonçalves de Magalhães. Este, no seu Ensaio *sobre a história da literatura do Brasil*, sistematiza as relações entre literatura e nação, tendo como base o povo, o progresso da nação e autonomia

cultural como um correlato da independência política. Assim, a questão norteadora do seu ensaio será o seu conceito de literatura como representação do povo:

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que tem de mais sublime na idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais belo na natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e o de suas paixões, o despertar de sua glória, e o reflexo progressivo de sua Inteligência. (MAGALHÃES, 1999, P. 31)

Observa-se o espírito nacionalista que fundamenta essa visão de literatura, pois a produção literária deve exprimir as qualidades de determinado povo e, por conseguinte, a literatura “se torna o elemento de individuação desse povo em relação às outras nacionalidades” (MOREIRA, 1991, p. 56). Nesse sentido, o estudioso brasileiro avança em relação aos autores estrangeiros, Denis e Garret, já que, segundo a professora Maria Eunice Moreira (1991, p. 59), “a literatura não se faz nacional pela simples inclusão de determinadas características nacionais, mas por expressar essa mesma nacionalidade”. Portanto, já se estabelece que o critério de avaliação do literário se ancora na sua representatividade do caráter e das virtudes de um povo, fazendo com que elementos estéticos e intraliterários fiquem em segundo plano.

Na sequência do texto, Gonçalves de Magalhães expõe a sua visão da história da literatura brasileira, dividindo-a em dois momentos: o seu início, no século XVIII, quando se dá a incorporação da ciência e da arte no Brasil - período em que a literatura brasileira copiava os padrões literários do classicismo europeu; o segundo momento, iniciado no século XIX, caracteriza-se por ser uma nova etapa da literatura, visto que acompanha todas as modificações políticas pelas quais o Brasil passou, desde a chegada da família real portuguesa, em 1808, até a independência do país, em 1822. Logo, o pano de fundo político servirá de suporte para se formar uma literatura que priorize a pátria e as suas instituições:

Uma só idéia absorve todos os pensamentos, (...), é a idéia de pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome. Independência, liberdade, instituições sociais, reformas políticas, enfim, tais são os objetos que atraem a atenção de todos, e os únicos, que ao povo interessa. (MAGALHÃES, 1999, P. 36/37)

Verifica-se, nesse momento, uma faceta importante do romantismo brasileiro: o vínculo explícito entre literatura e política, ou seja, a nova realidade política e social do país deve servir de base para formar uma literatura verdadeiramente autônoma e nacional. Por conseguinte, essa relação permeia-se por um senso patriótico que, segundo Antônio Candido

(2006, p.328) “levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso”.

Essa relação entre literatura e política é retomada no número seguinte da revista *Niterói*, no artigo intitulado *Estudos sobre a literatura*, escrito por J. M. Pereira da Silva. Nesse artigo, o autor amplia o conceito de literatura, englobando tudo o que a imaginação exprime com a linguagem e acentua o sentido político da literatura, atribuindo-a um caráter moralizador, uma vez que cabe ao literato, sob a orientação de um governo livre, interpretar, em suas obras, os costumes e crenças de um povo em favor da virtude e da moral.

O autor faz um breve histórico da literatura, narrando o seu desenvolvimento em diversas civilizações, e chega ao período moderno em que distingue dois tipos de literatura: a literatura estrangeira e a nova literatura. A primeira diz respeito à estética clássica, em que proliferam temas da mitologia grega; ao passo que a “literatura nova, bela, adapta à nossa crença, que proclama a liberdade e o progresso, (...), que nos quebra as prisões, e nos faz entoar o hino da independência” (SILVA, 1836, P. 235). Assim, a segunda literatura, identificada com o romantismo, relaciona-se com a política contemporânea do século XIX que proclama a nação, a liberdade e o povo, em oposição à primeira literatura relacionada com o classicismo e com o absolutismo.

Por fim, Pereira da Silva (1836, p.238) defende a revolução poética da literatura brasileira, desvinculando-a das imagens mitológicas da Grécia e da Europa e aproximando-a dos elementos ligados à pátria e à nação:

No Brasil (...) infelizmente ainda esta revolução poética se não fez completamente sentir, nosso vates renegam a sua pátria, deixam de cantar as belezas das palmeiras, as deliciosas margens do Amazonas e do Prata, as virgens florestas, as superstições e pensamento de nossos patrícios, seus usos, costumes e religião, para saudarem os deuses do politeísmo grego, inspirarem-se em estranhas crenças, (...), e desta arte não passam de imitadores .

Dessa maneira, Pereira da Silva defende uma literatura que seja representativa não apenas da nação e dos costumes do povo, mas, principalmente, que se faça em consonância com o momento político do país.

O processo de naturalização dos recortes extraliterários, promovidos pelos ensaios até aqui analisados, se materializa, fundando, com isso, uma história da literatura sob o signo da nação, da sociedade e da política. Pode-se evidenciar isso na *História literária do Brasil*, escrita por Ferdinand Wolf, em 1863, em que se retoma os passos dos autores anteriores,

abordando questões como o caráter nacional da literatura brasileira e a importância dos grupos étnicos para a sua formação.

O importante nesse livro refere-se a sua periodização, pois Wolf define critérios temporais, cronológico e políticos por meio dos quais estabelece um sentido entre a consolidação da cultura literária, no Brasil, e o progressivo caráter nacional que a mesma irá assumir no momento da independência e da consolidação política. Assim, o quinto período é o mais importante, já que se refere ao momento de estabilização do governo e sua correspondência na literatura:

5º período – De 1840 até hoje. A monarquia se consolida; o governo e o próprio imperador pessoalmente estimulam as letras e as belas artes. A literatura nacional propriamente dita desenvolve-se cada vez mais com o ascendente da escola romântica e dos elementos brasileiros. (WOLF, 1955, p. 8)

Nessa passagem, verifica-se que o estado da literatura – com as suas características estéticas e literárias – vincula-se ao momento político do país como uma espécie de correlato deste. Desse modo, observa-se que esse conjunto de histórias literárias do Brasil se constitui em um discurso normativo sobre a literatura e que precede a própria formação da mesma. Portanto, os recortes estabelecidos, por razões políticas, operam na literatura, definindo sentidos extraliterários – baseados na nação, no povo, na sociedade e na política – para a definição de suas características e avaliando ou mesmo excluindo qualquer manifestação literária que não se encaixe nesses padrões.

No contexto da segunda metade do século XIX, Machado de Assis, no seu artigo intitulado *Instinto de nacionalidade*, faz um diagnóstico do estado da literatura brasileira naquele momento, constatando a presença de uma produção literária fortemente ancorada na ideia de nacionalidade. O autor observa que, na busca da construção de uma autonomia literária, a literatura ficou refém da cor local, das descrições das paisagens, dos costumes indígenas etc. Assim, Machado de Assis constata a predominância de romances caracterizados por descrições de costumes e de paisagens; por outro lado, o escritor coloca que “pelo que respeita à análise de paixões e caracteres são muito menos comuns os exemplos.” (ASSIS, 1959, p. 805). Por conseguinte, nesse momento, já se problematiza a questão de uma produção de romances que não se limitam a esses critérios institucionalizados pelas histórias literárias do Brasil, ou seja, Machado de Assis já reivindica uma produção romanesca que investigue outras realidades da vida humana.

A instituição dos recortes baseados em referências externas à literatura perpassa todo o conjunto historiográfico da literatura brasileira, de modo a formar uma tradição nas leituras e avaliações críticas sobre o texto literário. No livro *Uma história do romance de 30*, Luís Bueno retoma o debate da dicotomia entre o histórico e o estético, nas avaliações críticas que dizem respeito ao romance de 30. O autor afirma haver uma ênfase nos romances preocupados em representar questões ligadas a problemas sociais da época; no entanto, ele enfatiza a importância dos autores intimistas, dos anos 30, para que novos procedimentos literários se consolidassem na literatura brasileira (2006, p. 21).

Tendo em vista a importância dos autores de introspecção dos anos 30, é fundamental analisar, no livro *História concisa da literatura brasileira* de Alfredo Bosi, a maneira pela qual os recortes extraliterários estabelecem sentido nas avaliações críticas sobre esse conjunto de escritores já mencionados.

Em primeiro lugar, é importante observar que, embora possua uma formação clássica dedicada à literatura italiana, Alfredo Bosi, em sua *História concisa da literatura brasileira*, construiu leituras críticas, sobre os romances de 30, baseadas em critérios de ordem sociológicos. Além disso, cabe fazer a referência que esse trabalho histórico de Bosi foi feito nos anos de 1968-69, período marcado pelo aumento da repressão da ditadura militar no Brasil, dando, portanto, um substrato histórico para as suas leituras sociais da literatura.

No seu livro, a periodização da sua história se faz por parâmetros políticos e sociais, como literatura colonial; estéticos, tais como realismo e modernismo e cronológico, como na última parte denominada de tendências contemporâneas. Assim, Bosi inicia esse último capítulo, estabelecendo a relação entre os anos de 1930 e o movimento modernista, pois identifica uma continuidade estética entre esses dois momentos literários. No entanto o autor defende que as condições sociais e econômicas da sociedade brasileira, durante o período de 1930, levaram os devidos ensinamentos para os intelectuais e escritores, possibilitando, com isso, uma renovação literária. Portanto, nesse momento, observa-se o predomínio da análise histórica e sociológica para fundamentar a produção literária da década de 1930, já que a relação estética entre o movimento de 1922 e o conjunto de escritores da década de 1930 é posta em segundo plano.

Na sequência do livro, o historiador traça um panorama da produção romanesca desse período a partir da dicotomia romance social e romance de introspecção; em seguida, ele define a sua chave de leitura baseada na sociologia do romance de Lucien Goldmann, em que se reflete na figura do herói problemático em tensão com as estruturas sociais da sociedade burguesa. Portanto, as suas avaliações críticas ancoram-se em leituras sociais - externas a

literatura – sobre essa produção romanesca, no caso dos romances de introspecção, ele os classifica como:

Romances de tensão interiorizada. O herói não se dispõe a enfrentar a antinomia eu/mundo pelas ações: evade-se, subjetivando o conflito. Exemplos, os romances psicológicos em suas várias modalidades (memorialismo, intimismo, auto-análise...) de Otávio de Faria, Lúcio Cardoso, Cornélio Penna... (BOSI, 2006, P.392)

Dessa maneira, confirma-se a leitura crítica a partir da relação entre literatura e sociedade, sem haver nenhuma referência a recursos narrativos próprios desses romances, procedimentos esses já referidos por Luís Bueno. Além disso, a ênfase na análise social da literatura faz com que o seu olhar crítico produza um juízo valorativo sobre a produção romanesca ligada aos temas sociais, ou dentro da sua tipologia de romances de tensão crítica, já que nestes se encontram as verdades históricas:

Nos romances em que a tensão atingiu ao nível da crítica, os fatos assumem significação menos “ingênua” e servem para revelar as graves tensões que a vida em sociedade produz no tecido da pessoa humana: logram por isso alcançar uma densidade moral e uma verdade histórica muito mais profunda (BOSI, 2006, P. 393)

Posteriormente, Alfredo Bosi analisa, de modo separado, as obras dos autores intimistas; de modo geral, as avaliações não enfatizam as relações entre os recursos narrativos – fluxo de consciência e monólogo interior – com as temáticas presentes nesses romances; o historiador, também, não procura analisar, seguindo a sua tipologia, as maneiras pelas quais ocorre - dentro da narrativa - a subjetivação do conflito social no herói. Portanto, o seu olhar crítico enfoca essas narrativas como representações de um mundo social em decadência, demonstrando uma avaliação crítica ancorada unicamente em critérios extraliterários. Observa-se esse aspecto na passagem sobre a obra de Lúcio Cardoso e Cornélio Penna:

Lúcio Cardoso e Cornélio Penna foram talvez os únicos narradores brasileiros da década de 30 capazes de aproveitar sugestões do surrealismo sem perder de vista a paisagem moral da província que entra como clima nos seus romances. A decadência das velhas fazendas e a modorra dos burgos interioranos compõem atmosferas imóveis e pesadas onde se moverão aquelas suas criaturas insólitas, oprimidas por angústias e fixações (BOSI, 2006, p. 414).

Na verdade, não se deseja excluir as leituras que demonstram o mundo social que permeia esses romances de introspecção dos anos 30; contudo, enfatiza-se, aqui, a necessidade de ampliar o escopo das análises, uma vez que essa produção romanesca se

relaciona com as características narrativas e temáticas dos romances modernos europeus, de modo que somente o enfoque sociológico não dá conta da complexidade dessas narrativas. Portanto, é fundamental pensar sobre algumas características da produção romanesca moderna.

O conjunto de romances², surgido na virada do século XIX para o século XX, produziu inovações da expressão literária: houve um processo de auto-análise da narrativa romanesca, cuja característica reside na ênfase sobre as estruturas formais do texto, a fim de expor o caráter fictício da ficção e torná-lo mais próximo da poesia. Desse modo, o romance moderno libera a narrativa romanesca da prisão do realismo tradicional e, com isso, dessubstancializa o mundo material para tornar a própria consciência humana um objeto estético. Além disso, essa nova relação com a realidade revela outro traço do romance:

o romance foge do realismo material não para transformar a consciência ou o sentimento da vida com maior intensidade, mas para explorar a pobreza da realidade e as capacidades da arte, da perspectiva e da forma que se encontram no espaço entre os dados e os objetos criativos.(BRADBURY E MCFARLANE, 1989, P.334)

Logo, o romance moderno escapa do mimetismo tradicional, se constituindo em uma literatura autotélica, na qual a forma narrativa não se resume a um meio pelo qual se vincula o conteúdo; pelo contrário, a elaboração mesma da narrativa torna-se o conteúdo, permitindo a criação não apenas de mundos, mas de palavras que, no fundo, se remetem ao poder do artista de criar o dissimulado, o não verdadeiro.

Portanto, o romance moderno, com todas as suas inovações estéticas, não se encaixa em qualquer chave interpretativa baseada em critérios sociais e históricos. Nesse sentido, toda a tradição de construção de uma história da literatura brasileira, fundada a partir de recortes extraliterários, acaba valorizando obras adequadas aos sentidos propostos por tais recortes. Com isso, fecham-se outras possibilidades de leituras de outros romances, como a produção intimista, que possuem essas características estéticas não facilmente apreendidas por leituras sociológicas.

Assim, a tradição historiográfica da literatura brasileira, formada em torno de recortes externos à literatura – natureza, sociedade, grupos étnicos e política -, consolidou leituras críticas sobre a produção literária do Brasil a partir de tais critérios. Com isso, formou-se um

² Na tese de doutorado *Do reinado do autor a seu estilhecimento na escritura nos romances de introspecção: Lúcio Cardoso e Clarice Lispector*, Adriana Carina Camacho Álvarez, na introdução, define certos traços importantes do romance moderno europeu, conjugando teorias de diferentes perspectivas.

cânone literário em que se privilegia a presença não apenas de determinadas obras e autores, mas, sobretudo, de avaliações críticas que enfatizam esses recortes extraliterários, encerrando, conseqüentemente, outras possibilidades de leitura sobre a literatura brasileira. Desse modo, os romances de introspecção dos anos de 1930 são tratados, como exemplifica a obra de Alfredo Bosi, apenas como representação de um mundo patriarcal em decadência, sem haver, portanto, nenhuma relação entre esse mundo social e os novos recursos narrativos – fluxo de consciência e monólogo interior – e temáticos propostos por essa produção romanesca.

Referências

ÁLVAREZ, Adriana Carina Camacho. *Do reinado do autor a seu estilhaçamento na escritura nos romances de introspecção: Lúcio Cardoso e Clarisse Lispector*. Porto Alegre: UFRGS (Tese de doutorado), 2009.

ASSIS, Machado de. Instinto de nacionalidade. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1959. vol III, p. 801-809.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Cultrix, 1987.

BRADBURY, Malcolm e MC FARLANE. *Modernismo: guia geral*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: EDUSP, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 2 v. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

COMPAGNON, Antoine. *Demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. Porto Alegre: Lima, 1968.

GARRETT, Almeida. “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”. In: MOREIRA, Maria Eunice e ZILBERMAN, Regina (orgs.). *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

GUINSBURG, J. , org. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

MAJOLO, Marisa. “Literatura e história da literatura: senhoras muito intrigantes”. In: MALLARD, Letícia et AL. *História da literatura – ensaios*. Campinas: Ed da Unicamp, 1994, p. 19-36.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Cadernos do Centro de Pesquisas literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, ago. 1999.

MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991.

SILVA, João Manuel Pereira da. Estudos sobre literatura. *Niterói*, Revista Brasiliense. Ciências, Letras e Artes, n. 2. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836.

WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

Recebido em 23/08/2009

Aceito em 22/09/2009

Contato: guilhermezubaran@yahoo.com.br